

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## O INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA (IBAD): CONTEXTO HISTÓRICO DE SURGIMENTO E TRAJETÓRIA DE IVAN HASSLOCHER

Vicente Gil da Silva

Professor Adjunto, Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID),  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
vicentegil@irid.ufrj.br

**RESUMO:** O texto apresenta alguns resultados de uma pesquisa relacionada ao tema da influência externa sobre a mobilização política de grupos de empresários brasileiros entre 1946 e 1964. Especificamente, analisa o contexto histórico de surgimento do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) a partir do planejamento governamental norte-americano e da colaboração de agentes brasileiros na década de 1950. Também são apresentadas algumas informações sobre o principal dirigente do IBAD, Ivan Hasslocher, com ênfase em suas relações pessoais e políticas. Foram utilizadas nessa pesquisa fontes de arquivos públicos e privados do Brasil e dos Estados Unidos, além de documentação pessoal de Ivan Hasslocher enviada ao autor.

Entre 1998 e 1999, Ivan Hasslocher, um empresário brasileiro do ramo da publicidade e diretor do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), escreveu um livro de memórias, até hoje não publicado, intitulado *A tidy revolution*<sup>1</sup>. Naquela época, ele vivia em um condomínio em Austin, estado do Texas, nos Estados Unidos, e veio a falecer pouco tempo depois de terminar de escrever as suas memórias. Como já indica o título atribuído a esse livro, Hasslocher considerava que a “revolução” de 1964 foi metodicamente planejada e executada, tendo atingindo os objetivos esperados graças à atuação do IBAD, organização por ele publicamente lançada em 1959. Hasslocher dizia

---

<sup>1</sup> Assim como se deve proceder em relação a qualquer outro documento histórico, as memórias de Hasslocher precisam ser analisadas criticamente, buscando confrontá-las com outras fontes. Ele conta que recebeu uma indenização pelos serviços prestados à *Central Intelligence Agency* (CIA), no valor de cem mil dólares, pouco depois do golpe de 1964, e que submeteu o seu livro à aprovação da CIA. Muitas das informações apresentadas por ele puderam ser confirmadas por outras fontes, embora ele tenha claramente omitido detalhes importantes de sua atuação, especialmente o nome de alguns de seus principais colaboradores brasileiros e norte-americanos, entre eles, grandes empresários. Suas memórias revelam que ele utiliza uma estratégia típica do governo norte-americano, ou seja, confirma certas informações que já vieram a público há muito tempo e que não podem ser negadas, mas esconde outros detalhes importantes que poderiam revelar a real dimensão das suas atividades e, por consequência, expor a extensão do envolvimento do governo dos Estados Unidos em acontecimentos decisivos da vida política brasileira.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

estar convencido, naquela época, de que “Moscou havia decidido anexar o Brasil” e que “alguém precisava fazer alguma coisa para prevenir que isso ocorresse”. Segundo seu relato, a sua preocupação com o comunismo era tão maior que a de outras pessoas em seu meio, que estas passaram a se referir a ele como “o homem que via comunistas debaixo da cama” (HASSLOCHER, 1999).

Entretanto, a sua obsessão com a União Soviética teria sido levada a sério por John P. McKnight, um oficial da agência estatal de propaganda dos Estados Unidos, a United States Information Agency (USIA), que trabalhava na embaixada do Rio de Janeiro. McKnight teria ouvido uma pregação anticomunista de Hasslocher durante um jantar em um clube de elite do Rio de Janeiro e prometido apresentá-lo às pessoas certas, que dariam o suporte necessário para levar adiante o seu plano de ação, solicitando-lhe que escrevesse um *paper* com suas ideias. A estratégia que Hasslocher afirmava ter apresentado por escrito ao oficial norte-americano era clara: tentar converter à causa anticomunista “os grupos influentes do Brasil, os militares, os políticos, a Igreja, os capitalistas, a classe média, os estudantes e os professores”, através da “mídia, jornais, rádio e televisão”, com produção própria de material e publicação de um boletim. Segundo Hasslocher (1999), um tempo depois de entregar seu *paper* a McKnight, ele teria sido convidado para um encontro com Herbert Hoover Jr., no Copacabana Palace. Hoover Jr. era não apenas o filho de um ex-presidente dos Estados Unidos, mas havia também ocupado o cargo de Subsecretário de Estado entre 1954 e 1957, além de ser um milionário contratista do governo de seu país e de ter prestado assessoria a diversos governos, incluindo o do Brasil, na área de pesquisa de prospecção de petróleo. Depois desse encontro, o projeto de Hasslocher teria sido aprovado pelo governo Eisenhower.

A notícia de que representantes de uma outra agência estatal norte-americana, a CIA, iriam apoiar o seu trabalho, teria chegado a Hasslocher através de um amigo, o empresário norte-americano William Donald “Don” Rendall, que vivia no Brasil desde 1947, e cujo sogro, também norte-americano, operava no mercado de câmbio do Rio de Janeiro desde a década de 1930. Rendall também teria sido o responsável pela escolha do nome da organização, IBAD, e nela atuaria, de forma encoberta, até o final de suas operações. Hasslocher admitiu, em suas memórias, que não teve “a menor crise de

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

consciência” por receber dinheiro do governo estadunidense. Conforme suas próprias palavras: “Se eles estavam oferecendo dinheiro para prevenir a tomada do Brasil pelo comunismo, eles estavam ajudando a salvar milhões de vidas de meus compatriotas. É algo nobre receber dinheiro do exterior para salvar o país da destruição”. Até hoje, Hasslocher é o único brasileiro que revelou ter sido um agente da CIA (HASSLOCHER, 1999). Até hoje, Hasslocher é o único brasileiro que revelou ter sido um agente da CIA.

A criação do IBAD foi anunciada no mês de junho de 1959, por meio da revista *Ação Democrática*, a sua publicação oficial. Nela, o IBAD foi apresentado como uma associação civil "a favor da iniciativa privada, da liberdade de pensamento e da dignidade do indivíduo", "com o propósito de trabalhar pelo Brasil, na defesa de seus legítimos interesses, contribuindo, ao mesmo tempo, para sanear o ambiente das nuvens confusionistas oriundas de Moscou". No auge das operações do IBAD, entre 1962 e 1963, a revista *Ação Democrática* teve uma tiragem de 400 mil cópias, distribuída gratuitamente. Ela era impressa em papel acetinado de grande qualidade, nas cores verde, amarelo e preto. Segundo Hasslocher, a revista não era distribuída em bancas de jornal, mas enviada ao público-alvo que o IBAD esperava atingir com sua propaganda, a dita “maioria silenciosa” que ele esperava mobilizar “em defesa da democracia”. Essa publicação (cuja coleção completa encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro) atacava não apenas o comunismo, mas também o nacionalismo e os gastos do governo federal. Ela buscava difundir a ideia de que o Estado seria sempre “mau administrador e mau patrão”. As empresas estatais brasileiras eram criticadas por sua suposta ineficiência administrativa e financeira e pela corrupção que reinaria em seus quadros dirigentes. A revista também procurava atacar a reputação de lideranças políticas e de partidos de esquerda, por meio de insinuações e acusações de toda ordem.

Para um público mais amplo, que se informava primordialmente através do rádio, o IBAD também possuía um programa radiofônico chamado “A Semana em Revista”. Em seu auge, entre os anos de 1962 e 1963, o programa era transmitido três vezes por dia, em 83 estações de rádio, cobrindo todos os estados do Brasil. Isso era uma ação de grande alcance, em uma época em que não existiam cadeias radiofônicas nacionais. O programa do IBAD fazia comentários sobre diversos assuntos, mas,

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

segundo Hasslocher, “sempre com uma pitada de propaganda política”. Na televisão, que atingia um público bem menor que o rádio, o IBAD possuía um programa chamado “Congresso em Revista”, do qual participaram políticos importantes da época. Ele era veiculado nas mais importantes emissoras do Rio de Janeiro e de São Paulo. O IBAD também publicou livros, organizou seminários, mobilizou militares e grupos de estudantes e sindicatos, realizou *lobby* parlamentar, criou postos de assistência social e de saúde no Rio de Janeiro e em estados do Nordeste. Outra de suas atividades, o financiamento de campanhas políticas, acabou se tornando um grande escândalo nas eleições de 1962, dando origem a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no ano seguinte, que levou ao encerramento oficial, mas não real, de suas atividades, em outubro de 1963.

Apesar de a CPI ter denunciado um dos maiores escândalos políticos da história do Brasil, o principal diretor dessa organização, que deixou o Brasil depois do golpe de 1964, continua sendo uma figura pouco conhecida entre nós. Nascido em 30/12/1920 no Rio de Janeiro, Ivan era filho de Laura Savard de Saint-Brisson Corrêa Hasslocher, pianista, poeta e poliglota, e do jornalista e diplomata Paulo Germano Hasslocher, que foi homem de confiança de Getúlio Vargas. Quando Ivan tinha dez anos de idade, a família se mudou para os Estados Unidos, onde seu pai trabalharia por doze anos como adido comercial da embaixada do Brasil em Washington DC. Vivendo na capital norte-americana, Hasslocher estudou na *Foreign Service School* da Georgetown University, uma das universidades de elite do país (HASSLOCHER, 1999).

Logo após a sua formatura, em 1942, Hasslocher trabalhou na embaixada norte-americana no Brasil, no cargo de adido adjunto de questões de petróleo. Seu superior imediato era Walter J. Donnelly, o conselheiro de assuntos econômicos e homem de confiança do embaixador Jefferson Caffery. Na década de 1950, Donnelly se afastaria da carreira diplomática para se tornar diretor de operações da United States Steel Corporation para a América Central e do Sul. Em suas memórias, Hasslocher fazia troça com o fato de que os comunistas jamais descobriram que ele havia trabalhado na embaixada norte-americana naquele período.

Seu trabalho subsequente foi na função de tradutor, junto ao Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), criado pelo governo brasileiro com apoio do governo dos

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Estados Unidos para realizar obras de saneamento em regiões produtoras de matérias-primas estratégicas, em apoio ao esforço dos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial. As atividades deste serviço eram supervisionadas pelo *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), chefiado por Nelson Rockefeller. Insatisfeito com seu emprego no Brasil, Ivan conseguiu, através de seu pai, uma indicação de Lawrence Duggan, responsável por questões latino-americanas do Departamento de Estado, para trabalhar na divisão de estatística da Administração de Assistência e Reabilitação das Nações Unidas (UNRRA), uma agência de ajuda internacional que existiu entre 1943 e 1947. Ivan Hasslocher trabalhou nas operações da organização na zona britânica de ocupação na Alemanha (HASSLOCHER, 1999).

Após o encerramento das atividades da UNRRA, Hasslocher, segundo suas memórias, se viu novamente em busca de um emprego. Mais uma vez, contou com a ajuda de seu pai. Paulo Hasslocher enviou uma carta a Nelson Rockefeller, pedindo uma vaga para seu filho em algum de seus empreendimentos no Brasil. Entre as referências listadas para que Rockefeller obtivesse recomendações sobre Ivan Hasslocher estavam Walter J. Donnelly, o padre jesuíta Edmund Walsh, diretor da Georgetown University, e os empresários João Daudt de Oliveira e Valentim Bouças, duas das principais lideranças do empresariado brasileiro na década de 1940. Mas Hasslocher não conseguiu um emprego nas empresas de Rockefeller (SILVA, 2020, p. 449).

Em 1951, ele fez o registro de sua própria empresa, a Sociedade Anônima Incrementadora de Vendas Promotion. Ela acabou se tornando uma das grandes agências de publicidade do Brasil nos anos 1950, prestando serviços na área de *marketing*, relações públicas e promoção de vendas para grandes empresas, a maior parte delas estadunidenses. Entre elas, a Atlantic, terceira maior distribuidora de gasolina e segunda na produção de óleos lubrificantes de motores no Brasil, a American & Foreign Power, *holding* da General Electric que controlava uma grande parte da distribuição de energia no Brasil, e a Texaco, uma das maiores petroleiras do mundo, cujos diretores no Brasil eram amigos íntimos de Hasslocher. Em 1955, ele fundou uma outra empresa de publicidade, a Direct Mail S.A., pioneira no país em serviços de propaganda direta.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

A atuação da Promotion implicava um envolvimento político na defesa de interesses de empresas estrangeiras. Por exemplo, a agência foi contratada para elaborar uma campanha de relações públicas em defesa de uma subsidiária da American & Foreign Power no Rio Grande do Sul, encampada pelo então governador Leonel Brizola no início de 1959, com apoio de parte da população gaúcha. Segundo Hasslocher, essa campanha o fez despertar para o perigo comunista no Brasil: “eu acordei e pulei da cama”, “e passei a me envolver com política”, ele escreveu em suas memórias. Nos anos seguintes, tanto a Promotion quanto a Direct Mail foram utilizados pelo IBAD na sua cruzada contra o nacionalismo e o comunismo no Brasil, como fachada para recebimento de dinheiro de empresas para atividades políticas e como meio para produção e distribuição de propaganda.

A postura pró-Estados Unidos de Hasslocher combinava perfeitamente com a ofensiva do governo de Dwight Eisenhower (1953-1961) de combate ao nacionalismo e ao comunismo mundo afora. De acordo com prognósticos do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, o principal órgão decisório do governo do país, a América Latina viveria uma intensa “onda de governos nacionalistas”, que priorizavam o desenvolvimento industrial com forte presença estatal, frequentemente na forma de monopólios estatais de produção de materiais estratégicos como o petróleo e outros recursos minerais. Como afirmou O’Brien (2007, p. 193), o nacionalismo econômico latino-americano “parecia uma hidra que ameaçava as multinacionais em várias frentes”, na forma de “controles cambiais, aumento da tributação interna e de tarifas protecionistas, aumento da militância dos trabalhadores e fortalecimento da legislação trabalhista”.

Esse temor tinha suas justificativas. A América Latina era de importância fundamental para os investimentos externos de empresas norte-americanas. Conforme dados do Departamento de Comércio dos EUA, em 1953, a América Latina era o destino de 20,7% das exportações norte-americanas, e 34,4% do total dos investimentos externos diretos estadunidenses estavam localizados na região. Entre 1953 e 1960, os investimentos norte-americanos em produtos manufaturados destinados à América Latina havia passado de 340 milhões para 1,3 bilhões de dólares (SIEKMEIER, 2008, p. 62). Como afirmou George Kennan, um dos principais estrategistas da política externa

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

norte-americana do período pós-guerra, não havia “nenhuma parte do mundo onde as relações comerciais desempenhassem um papel mais importante nos problemas da política externa dos Estados Unidos do que na América Latina” (SILVA, 2020, p. 37-38).

Os estrategistas norte-americanos viam o nacionalismo como um fenômeno que representava essencialmente os mesmos perigos que o comunismo. Acreditavam que ele poderia “pavimentar o caminho para os movimentos comunistas, ameaçando a visão utópica norte-americana de uma economia aberta de livre mercado” (SIEKMEIER, 2008, p. 60). A “teoria dos dominós”, arraigada entre os mais influentes oficiais do governo Eisenhower, ajuda a entender por que o nacionalismo e o comunismo representavam praticamente o mesmo perigo para a América Latina. Nos primeiros meses de 1954, quando questionado se havia a possibilidade de dominação comunista na Indochina, o presidente norte-americano respondeu que este tema teria de ser pensado em termos do “princípio da ‘queda dos dominós’”, em que há uma fileira de dominós e, uma vez que se derruba o primeiro, o último cai rapidamente. Na avaliação de Schoultz (2000, p. 378), “era deste modo que a América Latina era vista até o fim da Guerra Fria – como uma fileira de dominós cuja imaturidade política facilitava o empurrão comunista”.

Mas o antinacionalismo/anticomunismo do governo Eisenhower em relação à América Latina não foi motivado apenas por considerações econômicas. Pettiná (2008, p. 595-598) destaca a importância de considerar que a União Soviética representava um modelo alternativo de desenvolvimento econômico e que havia de fato um esforço da política exterior soviética para se aproximar de movimentos nacionalistas do assim chamado Terceiro Mundo. O governo de Eisenhower via com muita preocupação “o problema da compatibilidade entre o nacionalismo periférico e o socialismo”. Ou seja, o antinacionalismo/anticomunismo estadunidense em relação à América Latina era também movido por um “cálculo político bem planejado”, de combate à influência soviética na região. Nesse aspecto, argumenta Sewell (2016, p. 29-41), para os formuladores da política externa norte-americana, não havia incompatibilidade absoluta entre os aspectos estratégicos da Guerra Fria (entre eles, o combate ao comunismo e a União Soviética) e o “rígido” e “consistente” compromisso ideológico com a visão de

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que o melhor caminho para o desenvolvimento da América Latina consistia na adoção de “uma variante próxima do capitalismo dos Estados Unidos”.

Mas os estrategistas norte-americanos tinham também plena consciência dos custos políticos associados a uma intervenção nos assuntos internos de outros países para conter a “onda nacionalista”, considerando que uma ação ostensiva deveria ser utilizada apenas como último recurso. Para os membros do Conselho de Segurança Nacional, a principal estratégia deveria ser o fortalecimento dos “esforços encobertos de combate às atividades comunistas e de outros elementos hostis aos Estados Unidos”, o que levou o governo Eisenhower a ampliar o envolvimento norte-americano em ações encobertas no exterior. E nessa guerra contra o comunismo, de acordo com as conclusões de um comitê criado para supervisionar as atividades da CIA, “as regras aceitáveis de conduta humana” não se aplicavam mais. Os membros do comitê defendiam que, em nome da sobrevivência dos Estados Unidos, “os tradicionais conceitos norte-americanos de ‘jogo limpo’ (*fair play*)” deveriam ser reconsiderados. E afirmavam: “Nós devemos destruir nossos inimigos através de métodos mais engenhosos, sofisticados e efetivos do que aqueles empregados contra nós. O povo norte-americano precisa ser familiarizado com essa realidade, entender e apoiar essa filosofia fundamentalmente repugnante” (SILVA, 2020, p. 102-103).

Nesse contexto, no final de 1955 foi aprovada a resolução 5412/2 do Conselho de Segurança Nacional, revisando as diretrizes nacionais relacionadas às operações encobertas. Conscientes de que as ações norte-americanas até então não haviam sido eficazes para destruir a China e a União Soviética, os formuladores da política norte-americana esperavam impedir que outros países do mundo pudessem vir a ser influenciados pelo comunismo. A nova resolução autorizou o uso de operações encobertas em praticamente qualquer situação, em apoio a grupos que defendessem uma orientação pró-EUA e resistissem ao comunismo internacional. O Conselho determinou que as operações encobertas deveriam

B. Desacreditar o prestígio e a ideologia do comunismo internacional, e reduzir a força de seus partidos e outros elementos.

C. Conter qualquer ameaça de um partido ou indivíduo direta ou indiretamente suscetível ao controle comunista de alcançar o poder dominante em um país do mundo livre.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

D. Reduzir o controle do comunismo internacional sobre quaisquer áreas do mundo.

E. Fortalecer a orientação pró-Estados Unidos dos povos e nações do mundo livre, enfatizando, onde possível, a identidade de interesses entre tais povos e nações com os Estados Unidos, assim como favorecer, onde apropriado, aqueles grupos que genuinamente advogam ou acreditam no avanço de tais interesses mútuos, e aumentar a capacidade e vontade de tais povos e nações a resistir ao comunismo internacional.<sup>2</sup>

O caráter vago e impreciso do que se definiu como “partido ou indivíduo direta ou indiretamente suscetível ao controle comunista” permitiu aos Estados Unidos atuarem em múltiplas frentes e contra todo e qualquer agente considerado como um obstáculo à consecução da política exterior norte-americana. Como afirmou Prados (2006, p. 246), essa nova instrução “abrangeia um universo de possibilidades” para as ações encobertas, o qual foi explorado pela CIA nos quinze anos seguintes, enquanto teve vigência a mencionada instrução.

A importância das atividades de inteligência para a política exterior norte-americana aumentou ao longo dos anos 1950. Um historiador do Departamento de Estado, William Z. Slany, coordenou uma das publicações da coleção governamental *Foreign Relations of the United States* (FRUS) sobre a emergência das estruturas de inteligência do Estado norte-americano durante a administração Truman (1945-1953), e concluiu que era “nítido que as instituições e operações de inteligência tornaram-se um elemento de importância crescente na formulação e execução da política exterior norte-americana na administração de Truman e em administrações presidenciais subsequentes”. Os organizadores de uma outra publicação do FRUS sobre o tema concluíram que, “em 1955, a comunidade de inteligência, durante a presidência de Eisenhower, foi um agente muito mais importante, com uma burocracia mais robusta, do que era sob o presidente Truman no final dos anos 1940” (SILVA, 2020, p. 140).

A América Latina não passaria incólume a esse ímpeto intervencionista. No primeiro mandato de Eisenhower, a CIA passaria a se envolver mais intensamente na aplicação da política externa dos Estados Unidos para a América Latina, e não apenas em suas tradicionais tarefas de inteligência e espionagem, mas também por meio de

---

<sup>2</sup> Ver a Resolução 5412/2, do Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos, disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950-55Intel/d250> Acesso 24 de julho de 2021.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

operações encobertas, ou seja, a utilização de todos os meios disponíveis, exceto o confronto bélico, para influir nos assuntos internos de outros países, de tal maneira que fosse sempre possível negar de modo plausível o papel dos Estados Unidos nessas atividades (SILVA, 2020, p. 137-138). Como apontou um ex-oficial da CIA em suas memórias, “a partir de 1955 a CIA se envolveu em uma ampla frente de operações encobertas na América Latina” (ROSITZKE, 2019, p. 189).

Nesse período, o governo Eisenhower estava reorganizando sua atuação na América Latina, realizando um planejamento estratégico que foi consolidado em dois documentos – o Plano Básico de Operações contra o Comunismo na América Latina e o Plano Básico de Operações para o Brasil –, cujas versões finais foram aprovadas no início de 1956. Ambos os planos de operações previam uma série de ações encobertas para enfrentar o comunismo e o nacionalismo na América Latina, dando importância a iniciativas de influência sobre grupos da sociedade civil, com o objetivo de estimular, “nos partidos políticos, Igreja, Forças Armadas, sindicatos, estudantes e juventude, intelectuais e educadores, empresários, mulheres, trabalhadores rurais e grupos-chave locais”, por meio de ações encobertas, uma compreensão sobre a “natureza subversiva, conspirativa, fraudulenta e brutal da ação comunista” (SILVA, 2020, p. 47-53; p. 57-81).

A essência dessa estratégia já estava presente em um memorando escrito em dezembro de 1952, pouco antes da posse de Eisenhower, por Thomas C. Mann. Ele, que era um dos mais importantes oficiais de governo dos Estados Unidos para questões latino-americanas, afirmava nesse documento que caberia aos Estados Unidos deter o “nacionalismo extremo” e a “crença” dos latino-americanos de que seriam “imunes ao exercício do poder dos Estados Unidos”. Mann considerava necessário apoiar elementos pró-EUA na América Latina de modo “encoberto, para não despertar uma sólida oposição”. Também defendia que fosse incentivada uma campanha de propaganda, também encoberta, para conscientizar os latino-americanos sobre o perigo representado pelo nacionalismo e pelo comunismo. Por fim, ele considerava que, para “proteger os legítimos direitos dos investimentos dos Estados Unidos” contra o “nacionalismo extremo”, era preciso exercer pressões “com habilidade”, contando com a cooperação dos empresários norte-americanos que atuavam na América Latina (SILVA, 2020, p. 35-37).

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Considerando a sua importância estratégica, o Brasil foi um dos três países latino-americanos para os quais foi elaborado um planejamento específico das ações do governo Eisenhower. A documentação reunida no acervo das representações diplomáticas dos EUA no Brasil demonstram o crescente envolvimento de seus oficiais com ações sigilosas. Para isso, não tiveram dificuldades para encontrar apoiadores locais, fundamentais para o sucesso de qualquer operação encoberta. Entre os anos de 1952 e 1955, os representantes da CIA na embaixada do Rio de Janeiro receberam informações e agentes brasileiros em busca de apoio para suas atividades anticomunistas. Nessa época, uma das questões mais importantes das discussões entre oficiais da embaixada norte-americana, incluindo representantes da CIA, e agentes brasileiros dizia respeito a formas de combater a Petrobras e outras políticas nacionalistas, através de uma campanha de propaganda para “desintoxicar a opinião pública brasileira”, cujo objetivo era facilitar a entrada de capitais norte-americanos na economia brasileira. As fontes estadunidenses também apontam a participação de consultores de empresas petrolíferas dos Estados Unidos envolvidos nessas discussões com a embaixada e agentes brasileiros (SILVA, 2020).

A necessidade de organizar uma ofensiva de propaganda para combater o comunismo e o nacionalismo também foi debatida em grupos de estudos do Curso Superior de Guerra da Escola Superior de Guerra (ESG) entre os anos de 1951 e 1952. Tais grupos elaboraram trabalhos que envolviam um “plano de preparação da opinião pública” no Brasil, uma “campanha doutrinária” de combate ao comunismo dirigida com mensagens específicas para cada público-alvo definido. Esta campanha deveria ser liderada por organismos estatais, que seriam responsáveis pela repressão direta e ostensiva ao comunismo, e “órgãos não-oficiais”, da sociedade civil, encarregados de levar adiante a campanha doutrinária. Tais atividades deveriam envolver oficiais das Forças Armadas e “civis de reconhecido valor”, entre eles, “diretores e proprietários de empresas privadas na execução da campanha”. Os trabalhos desses grupos de estudos da ESG expressam a disposição de agentes brasileiros, particularmente militares e diplomatas, que faziam parte da direção da ESG, em aderir a iniciativas sigilosas e ostensivas de combate ao comunismo, no campo da propaganda e da repressão física direta. Assim como os estrategistas norte-americanos, esses grupos também viam a

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

necessidade de envolvimento de empresários nessas ações (SILVA, 2020, p. 326-330). Não por acaso, alguns dos integrantes desses grupos de estudo da ESG estariam envolvidos, anos depois, em operações do IBAD e grupos congêneres ou em organismos estatais responsáveis por tarefas de inteligência. Entre eles, os futuros generais Edmundo de Macedo Soares e Silva, Antônio Carlos da Silva Muricy, Henrique Geisel, Emílio Maurell Filho e Jurandir de Bizarria Mamede.

O governo norte-americano continuava a identificar o nacionalismo como um dos principais problemas a serem enfrentados no Brasil na segunda metade da década de 1950. O embaixador norte-americano, Ellis O. Briggs, projetava que o ano de 1958 seria complicado para os interesses da administração Eisenhower no Brasil. Ele afirmou que o governo de Juscelino Kubistchek não estaria sendo eficiente no combate ao “vírus do nacionalismo”, como afirmou o diplomata estadunidense. Para ele, a alta taxa de analfabetismo, a miséria de grande parte da população e a distribuição de renda “brutalmente desigual” poderiam “desencadear uma revolução social que está latente desde que os escravos foram libertados e o Império desmoronou” no Brasil. Diante dessa situação potencialmente explosiva, os comunistas teriam encontrado uma “arma formidável no nacionalismo frustrado das pessoas articuladas, mas desencantadas” (SILVA, 2020, p. 431-433).

Por razões que ainda precisam ser melhor investigadas, a administração de Eisenhower parecia alarmada com o nacionalismo e o comunismo no Brasil. Na mesma época em que o embaixador Briggs demonstrava sua preocupação com uma potencial revolução comunista no Brasil, um outro importante oficial do Departamento de Estado relatou estar “cada vez mais apreensivo com os acontecimentos no Brasil”, recomendando que algo fosse feito “imediatamente”. Ele defendeu o lançamento de uma campanha apresentando os comunistas como “traidores do Brasil”, que deveriam “ser caçados e perseguidos pelos próprios brasileiros”. Sua avaliação era a de que “os comunistas estavam embarcando no comboio do nacionalismo e usando os temas nacionalistas para criar uma cisão entre os Estados Unidos e o Brasil”. O oficial do Departamento de Estado declarou: “a nossa melhor defesa é o ataque, e nós devemos tomar a ofensiva agora”: “conduzir os comunistas o máximo possível para a clandestinidade” (SILVA, 2020, p. 433-434).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A embaixada dos Estados Unidos reconhecia que parte importante de sua política para o Brasil era executada de modo sigiloso, mesmo pelas agências que não operavam através dos mesmos métodos utilizados pela CIA. Em 1958, um adido trabalhista da embaixada do Rio de Janeiro dizia que “a melhor política para derrotar os comunistas era o mais silencioso e sólido programa para fortalecer os anticomunistas, um programa que seja quase impossível de ser criticado publicamente pelos nossos adversários”. O ministro conselheiro da embaixada do Rio de Janeiro, segundo mais importante oficial da representação diplomática, comentou a seus colegas em Washington que a situação brasileira inviabilizava o emprego de técnicas ostensivas de combate ao comunismo: “nossos esforços terão maior possibilidade de êxito se eles forem mantidos em segredo” (SILVA, 2020, p. 445-446).

A maior importância atribuída às atividades encobertas pelo governo dos Estados Unidos na década de 1950 resultou no aumento significativo do número de oficiais da CIA que passaram a trabalhar em postos diplomáticos norte-americanos no Brasil. Apenas no ano de 1955, nove oficiais chegaram ao país, atuando sob a cobertura de títulos diplomáticos oficiais, somando-se aos demais 10 oficiais da agência que já trabalhavam aqui. E a presença de oficiais identificados da CIA atuando nas missões diplomáticas dos EUA no Brasil não parou de aumentar entre os anos de 1955 e 1964, passando de 19 para 43 (SILVA, 2020, p. 162). O número de oficiais em *deep cover* (infiltrados em diversos meios) é desconhecido.

Foi no contexto dessa ofensiva continental contra o comunismo e o nacionalismo, promovida pelo governo dos Estados Unidos por meios encobertos, com apoio da comunidade de empresários norte-americanos estabelecida na América Latina, que o IBAD foi criado. Sendo fundado no Brasil e dirigido por cidadãos brasileiros, a organização criava a aparência de que a sua campanha era uma iniciativa nacional. E Ivan Hasslocher tinha o perfil adequado para liderar uma operação dessa importância. Ele era discreto e reservado. Falava inglês e outras línguas fluentemente, e era formado na Georgetown University, localizada no coração do *establishment* norte-americano, a poucas quadras de onde viviam os diretores da CIA. Demonstrava uma profunda afinidade de interesses com a política externa dos EUA e era decididamente anticomunista. Além disso, conhecia o funcionamento da burocracia do governo

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

estadunidense, demonstrando capacidade de encaminhar administrativamente os inúmeros projetos, relatórios periódicos de acompanhamento e progresso das atividades e de monitoramento de agentes exigidos pela burocracia da agência. Era um brasileiro, mas intimamente ligado à comunidade de empresários norte-americanos do Rio de Janeiro. Ele era, definitivamente, o homem certo para as necessidades da CIA.

Evidentemente, quando as atividades do IBAD começaram a chamar a atenção, a organização foi acusada de estar a serviço de interesses estrangeiros e sua vinculação com a CIA chegou a ser denunciada durante as apurações da CPI instaurada em 1963. Mas essas acusações sempre foram negadas pelo IBAD e seus apoiadores. Na década de 1970, Philip Agee, um ex-oficial da CIA que escreveu um livro sobre seu período de trabalho na agência, afirmou que o IBAD era uma operação controlada e financiada pelos norte-americanos, ou seja, era um instrumento, um *asset*, da agência de inteligência dos EUA (AGEE, 197, p. 257, 325-326). Os arquivos operacionais da CIA sobre o Brasil, que permitiriam conhecer em detalhes a sua relação com o IBAD, permanecem até hoje inacessíveis. Mas dois documentos da agência, liberados na coleção *JFK Assassination Records*, disponíveis no Arquivo Nacional dos Estados Unidos em College Park, confirmam que o IBAD possuía um acrônimo próprio, um codinome criado pela CIA para identificar as organizações e indivíduos que ela controlava ou apoiava. O acrônimo do IBAD na CIA era ALRACY. Outras organizações e indivíduos brasileiros também receberam acrônimos, mas a dimensão da atuação encoberta do governo norte-americano no Brasil nas décadas de 1950 e 1960 é ainda um segredo muito bem guardado.

O IBAD, sem dúvida alguma, teve importante impacto no acirramento das tensões sociais do início da década de 1960 no Brasil, com ações de propaganda de grande alcance, que buscavam manipular a opinião pública em relação a temas decisivos da vida política e econômica nacional. Apesar dessa relevância, o seu diretor morreu praticamente no anonimato e, para seu desgosto, sem nenhum reconhecimento público pelos apoiadores da ditadura instaurada em 1964 do papel que ele desempenhou naquele processo. Ele era um homem discreto, mas também bastante vaidoso, e queria seu lugar na história. Hasslocher não foi o único que se dedicou integralmente a uma operação da CIA e, tempos depois, sentiu que esse trabalho não foi devidamente

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

reconhecido. Se referindo a tais personagens, Frances Stonor Saunders (2008, p. 460), que pesquisou operações da agência na chamada Guerra Fria Cultural, citou a avaliação de um veterano da CIA, que também serve para Hasslocher: “eles queriam as duas coisas: andar secretamente nas sombras com o diabo e caminhar ao sol”.

## Referências

AGEE, Philip. *Dentro da “companhia”*: diário da CIA. São Paulo, Círculo do Livro, 1976.

O'BRIEN, Thomas F. *Making the Americas*. The United States and Latin America from the Age of Revolutions to the era of globalization. Albuquerque, University of New Mexico Press, 2007.

PETTINÀ, Vanni. Del anticomunismo al antinacionalismo: la presidencia Eisenhower y el giro autoritario en la América Latina de los años 50. *Revista de Indias*, vol. LXVII, n. 240, pp. 573-606.

ROSITZKE, Harry. *The CIA'S secret operations*. Espionage, counterespionage, and covert actions. London, Routledge, 2019.

SAUNDERS, Frances S. *Quem pagou a conta? A CIA na guerra fria da cultura*. Rio de Janeiro, Record, 2008.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão*. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru, SP, EDUSC, 2000.

SEWELL, Bevan. *The US and Latin America*. Eisenhower, Kennedy and economic diplomacy in the Cold War. London, I.B. Tauris, 2016.

SIEKMEIER, James F. Latin American economic nationalism and United States-Latin American relations, 1945-1961. *The Latin Americanist*, vol. 52, n. 3, October 2008, pp. 59-76.

SILVA, Vicente Gil da. *Organização e planejamento da contrarrevolução preventiva no Brasil: atores e articulações transnacionais (1936-1964)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.